

A CONTRIBUIÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Edla Maria Gordiano Chagas¹

RESUMO: O presente trabalho, toma-se como objeto de estudo a contribuição do Orientador Educacional nas relações interpessoais entre o corpo docente, discente e famílias. Com objetivo de analisar a importância da presença do Orientador Educacional nas escolas do grupo SEB - sistema Educacional Brasileiro na Bahia, cujo projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Realizou-se a pesquisa em quatro escolas da Bahia, três no município de Salvador e uma no município de Lauro de Freitas. Optou-se pela abordagem qualitativa exploratória. Assim, foi realizada entrevista semiestruturada como dispositivos de investigação. A partir da questão básica acerca do que pensa o corpo docente, discente e família a respeito do trabalho do Orientador Educacional? Para tanto, buscou-se como marco teórico as contribuições de Grinspun (1994/2010); Carvalho, (1979/2010); Giacágli e Penteado (2010); Morin (2011), com informações atuais e de extrema relevância à temática estudada, proporcionando o enriquecimento da pesquisa com fundamentação científica. Os resultados apontaram que o trabalho da Orientação Educacional no contexto das distintas unidades da escola particular investigada, caracterizou-se por uma dimensão pedagógica muito mais abrangente, tendo suas funções demarcadas e valorizadas. Este profissional possui um caráter mediador junto aos demais educadores, atuando em conjunto com todos os atores da escola para facilitar as relações interpessoais, no resgate de uma ação mais efetiva e reflexiva, visando qualificar a educação nas unidades escolares, tornando-as indivíduos conscientes, reflexivos e respeitosos com as diferenças e coletividade.

Palavras-chave: Orientador Educacional. Família. Escola

¹ Pedagoga. Psicopedagoga. Orientadora Educacional. Mestranda da UDE em Educação. E-mail: edlagordiano@hotmail.com

ABSTRACT

The present study takes as object of study the contribution of the Educational Advisor in the interpersonal relations between the faculty, students and families. In order to analyze the importance of the presence of the Educational Advisor in the schools of the SEB group - Brazilian Educational System in Bahia, whose project was submitted and approved by the Research Ethics Committee. The research was carried out in four schools in Bahia, three in the municipality of Salvador and one in the municipality of Lauro de Freitas. We opted for the exploratory qualitative approach. Thus, a semi-structured interview was conducted as research devices. From the basic question about what the faculty, student and family think about the work of the Educational Advisor? The author de Grinspun (1994/2010); Carvalho, (1979/2010); Giacágli e Penteado (2010); Morin (2011) with current information and the results showed that the work of Educational Guidance in the context of the different units of the private school investigated, was characterized by a pedagogical dimension much more comprehensive, having its functions demarcated and valued. This professional has a mediating role with other educators, acting together with all the actors of the school to facilitate interpersonal relations, in the rescue of a more effective and reflexive action, aiming to qualify education in school units, the conscious, reflective and respectful individuals with the differences and collectivity.

Key words: Educational Advisor. Family. School

¹ Pedagoga. Psicopedagoga. Orientadora Educacional. Mestranda da UDE em Educação. E-mail: edlagordiano@hotmail.com

TRAJETÓRIA DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

Neste artigo, apresentaremos uma análise contextualizada do surgimento e desenvolvimento profissional do orientador educacional no Brasil, das funções atribuídas as suas ações e da produção de conhecimento científico sobre o campo de atuação. Mostraremos também que a política educacional brasileira está estritamente vinculada e articulada com a história da orientação educacional.

Fundamentado em documentos oficiais e na produção acadêmica, o levantamento proposto, fornecerá subsídios para analisar os diversos aspectos que envolvem a profissionalização do orientador educacional no Brasil, as razões pelas quais ele foi inserido no sistema escolar, sua atual situação, suas funções e atribuições.

Com o objetivo de compreender o que é o orientador educacional, é preciso fazer uma breve retomada e uma retrospectiva histórica, pois há diversas vertentes no processo de seu desenvolvimento. Onde em sua trajetória existiram momentos de instabilidade e reconhecimento profissional, para tanto, faremos uma análise de seus momentos mais importantes.

Ela foi introduzida pelo professor e engenheiro suíço Roberto Mange, cujos trabalhos iniciais foram realizados na área de orientação profissional. Em 1934, essa atividade foi configurada como atividade de aconselhamento segundo Grinspun (2006). A Trajetória da orientação educacional no Brasil surge sobre as influências da orientação norte americana e da orientação francesa, no início da década de 20, na capital paulista. Sobre a influências desses mesmos modelos, a orientação educacional, passa a ser desenvolvida na escola, com a função de adequar a conduta e o comportamento da criança à sociedade.

Analisando a bibliografia que foca na orientação educacional através dos decretos oficiais, portarias e leis, sendo o primeiro decreto destacado por alguns autores Grinspun (2001), que traz a atuação do orientador educacional no Brasil já nos anos de 1920, identificado através do serviço de seleção e orientação profissional dos alunos em São Paulo do Liceu de Artes, contudo o primeiro decreto oficial tenha data dos anos de 1940.

Analisando a bibliografia de Freitag (2007) que faz uma descrição do cenário político brasileiro entre os anos de 1930 e 1945, marcado pelo fortalecimento da indústria, período este, que marca a invasão da sociedade política na sociedade civil, estabelecendo uma forte atividade do Estado subordinando as instituições de ensino ao seu controle. Percebe-se desta análise um vínculo da orientação educacional com as questões políticas que refletem no sistema educacional brasileiro.

"O Estado, procurando ir ao encontro dos interesses e das necessidades das empresas privadas, se propõe a assumir o treinamento da força de trabalho do que eles necessitam. Essa mediação política é tomada de interesse do desenvolvimento das forças produtivas" (Freitag, 2007, p.92-93).

A autora analisa a criação das escolas técnicas profissionalizantes como as escolas para os "filhos dos outros", feitas para formar nos centros urbanos um "exército industrial de reserva", reproduzindo assim uma sociedade de classes. Nessa formação observamos que o orientador educacional foi o profissional designado e responsável para condução e direcionamento dos alunos destas escolas técnicas.

Ainda baseada nas análises da política educacional brasileira entre 1964 a 1975, Freitag (2007) indica que a educação no Brasil esteve durante este período voltada aos interesses políticos e econômicos. A autora fundamenta sua análise nos planos e leis educacionais, nos pronunciamentos oficiais e nas próprias ações do governo militar.

Analisando o Decreto-Lei n.4.073 de 1941, que propõe designar como fim do exercício profissional do orientador educacional, a identificação dos problemas dos alunos, com o objetivo de corrigi-los, e conduzir os educandos para uma escolha profissional condizente com as suas aptidões, assim como esclarecer e ministrar aconselhamentos em congruência e partilha com as respectivas famílias. Os alunos eram observados como portadores de características inatas (aptidão) e geradores de seus próprios problemas. "As funções definidas no decreto indicavam que o orientador educacional deveria assumir uma 'ação moralizadora na escola' voltada para a formação social do educando e para seu lazer e descanso" (Triviños, p.12, apud Alves, 1995, p.78).

Após o Decreto-Lei 4.073, em 1942 a atuação do orientador educacional volta a ser abordada pela Lei Orgânica do Ensino Industrial, voltando-se para as políticas

educacionais vigentes, onde o orientador educacional assumia o papel educacional de ajustar os alunos às suas escolas, famílias e sociedade. Surgindo logo em seguida o Decreto-Lei 4.244, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, mais conhecido como Lei Capanema, onde tornou-se obrigatório a presença de um orientador educacional em todo o sistema de ensino, sendo este profissional formada através do ensino superior.

Neste mesmo período a autora Mirian Grinspun (2006), sinaliza que o serviço da orientação educacional tem o propósito de reforçar a ideologia das aptidões dos educandos.

"O papel do Orientador Educacional está relacionado à mudança social, através do questionamento do modo de perceber o mundo, a valorização dos conteúdos que serão transmitidos aos alunos como instrumento que lhes permitam transformar a sociedade (GRINSPUN,2006, p..29).

A LDB 4.024, - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, concedida em 1961 pelo MEC – Ministério da Educação, que tem como objetivo organizar a educação brasileira com base nos princípios da Constituição. Alves (1995) faz um registro que o profissional que desempenha a função de orientador educacional deve enfatizar o seu trabalho no campo de adaptação dos alunos às atividades escolares e ajuda-los a optar entre cursos profissionalizantes e propedêuticos. Por conseguinte, é criado em 1968 o artigo 1º.da Lei 5.564 que dispõe da seguinte designação:

"A orientação educacional se destina a assistir o educando, individualmente ou em grupo, no âmbito das escolas e sistemas escolares de nível médio e primário, visando o desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas" (id.ibid.)

A análise de Grinspun (2006) focalizada neste mesmo contexto temporal, descreve que a orientação educacional se "especializou" no exercício da orientação profissional, instrumentalizando-se por meio de testes psicométricos e de aptidão. Segundo a autora a profissionalização ficou caracterizada por uma linha de trabalho intitulada "psicológica-preventiva".

Posterior à Lei 5.540/68, Pascoal, Honorato e Albuquerque evidenciaram a obrigatoriedade do Orientador educacional em todas as instituições de ensino,

incorporando o aconselhamento vocacional em “cooperação” com o corpo docente, a família e a comunidade.

“ ... o campo de atuação do orientador educacional, era inicialmente, apenas e tão somente focalizar o atendimento ao aluno, aos seus “problemas”, à sua família, aos seus “desajustes” escolares, etc., pouco ou quase nada voltado à autonomia do aluno e à sua contextualização como cidadão. Depois, voltou-se à prestação de serviços, mas sempre com o objetivo de ajustamento ou prevenção (Pascoal, Honorato e ALBUQUERQUE, 2008, p.105)

Ao final da década dos anos 70 encontramos alguns princípios de mudança com relação a atuação do orientador educacional, aconteceu neste período o primeiro concurso público para os profissionais que fossem assumir o cargo dentro das instituições de ensino. Neste período foi desenvolvido um documento pela equipe da Faculdade de Educação do Distrito Federal com o objetivo de fornecer um suporte ao trabalho que seria desenvolvido por estes profissionais intitulado de “Projeto Básico da Orientação Educacional”. O conteúdo deste projeto marcava o princípio de uma mudança na perspectiva de atuação no trabalho dos orientadores educacionais no Brasil.

O Brasil se libertava da ditadura militar na década de 80, por conseguinte a era da obrigatoriedade do ensino profissionalizante dos anos 70, onde a atuação do orientador educacional estava essencialmente focada para a sondagem de aptidões transforma o cenário da atuação deste profissional e fomenta-se questionamentos sobre a sua real função.

Ao longo da década dos anos 80 com a mudança do cenário político brasileiro, agora liberto da ditadura militar, Alves (1995) relatava a sua crença na importância da contribuição do ensino profissionalizante obrigatório, direcionada pela sondagem das aptidões; e que o fim desta obrigatoriedade gerou questionamentos a respeito do trabalho e do papel do orientado educacional. Neste período em congressos, sindicatos e na academia foram abordados pressupostos da atuação do orientador educacional e a importância da sua inserção no contexto escolar evidenciando a sua necessidade no processo de aprendizagem dos alunos e no envolvimento com a comunidade afim de atender o papel social da escola.

Na década de 1990 o profissional de orientação educacional passou a vivenciar momentos de inseguranças e incertezas, a sua atuação ficou descaracterizada e a sua organização de classe FENOE (Federação Nacional dos Orientadores

Educacionais) ao ser extinta, ficando os profissionais sem uma unificação sindical perdendo assim o fortalecimento da categoria e sua identidade:

"A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em curso de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nessa formação, a base comum nacional. " (ibid.)

Nas primeiras décadas do século XX, diante das novas Diretrizes Curriculares Nacionais o trabalho desempenhado pelo orientador educacional foi reduzido à área de serviços e apoio escolar e sua obrigatoriedade foi eliminada.

A trajetória histórica da atuação do profissional de orientação educacional, mapeado nesta introdução tem como objetivo esclarecer o seu papel, assim como o a sua trajetória profissional nestes últimos 40 anos em consonância com os momentos políticos que o Brasil vivenciou e seus reflexos diretos e indiretos.

O orientador educacional é atualmente, o profissional encarregado da articulação entre a escola e família. Assim, cabe a ele a tarefa de contribuir para a aproximação entre as duas, planejando momentos de ordem pedagógica, cultural e social em que a família possa estar presente, junto com seus filhos, na escola. Cabe também ao orientador educacional a tarefa de servir de elo entre a situação escolar do aluno e a família, sempre visando a contribuir para que o aluno possa aprender significativamente não somente os aspectos culturais como também os de formação social. A perspectiva da orientação educacional que consideramos válida não se equipara ao trabalho do psicólogo escolar, que tem dimensão terapêutica.

O papel do orientador com relação à família não é apontar desajustes ou procurar os pais apenas para tecer longas reclamações sobre o comportamento do filho e, sim, procurar caminhos, junto com a família, para que o espaço escolar seja favorável ao aluno, portanto cabe ao orientador a tarefa de diagnosticar problemas e/ou dificuldades emocionais ou psicológicos e, sim, direcionar o seu trabalho para os aspectos saudáveis da vida de seus alunos.

Considerações Finais

Este artigo interessou-se por analisar a importância da atuação do orientador educacional, no grupo SEB – Sistema Educacional Brasileiro, para tal realizou-se uma análise no projeto pedagógico da escola que nos revelou alguns pontos com os quais podemos dialogar com as informações construídas com as cinco orientadoras das três unidades distintas da instituição. Tal proposta apresenta as escolas do grupo SEB, como um espaço favorável com normas claramente estabelecidas, que ofereceria a mesma oportunidade de educação para todos e cada um ocuparia seu lugar social de acordo com suas aptidões, verificadas, medidas e classificadas com a ajuda do orientador (GRINSPUN, 2010). A partir das considerações tecidas com as orientadoras das unidades com diferentes sedes, porém da mesma escola, é possível afirmar a ação do orientador em grande parte de seu tempo aplica-se no atendimento do aluno de forma individual e também as famílias dos educandos, desta maneira este profissional contribui positivamente com essa ação compartilhando as especificidades de cada realidade para que junto com os atores educativos da instituição pensem na solução dos problemas de maneira personificada. E com isso colaboram para uma reflexão acerca das transformações individuais e sócio afetivas de todos de fazem parte o contexto da escola.

Diante do exposto e da análise da pesquisa qualitativa aplicada através de questionário, o orientador precisa estar sempre comprometido com a formação dos seus alunos considerando, em especial, não somente a formação cognitiva e pedagógica, mas também o caráter da formação integral. Para tanto, é necessário compreender o desenvolvimento cognitivo, o contexto familiar no qual está inserido bem como a dimensão afetividade: emoções, valores e atitudes. Dando uma atenção à orientação individual e sem perder de vista o enfoque coletivo, a construção relacional e interativa da escola e da própria sociedade, sem esquecer que o coletivo é composto por seres humanos, que devem pensar e agir a partir de questões reais, envolvendo tanto contradições e conflitos como realizações de sucesso.

Portanto, é fundamental conhecer a realidade para transformá-la, torná-la mais humana e justa. O atendimento disciplinador atribuído historicamente ao Orientador Educacional faz parte do passado; na atualidade ele deve atuar na promoção da integração entre todas as culturas, envolvendo a família, a escola e a comunitária na

qual está inserida. Desse modo, é preciso criar situações para desenvolver uma educação com responsabilidade, participação e liderança, envolvendo o conjunto de atores envolvidos no processo educativo. E diante desta realidade, cabe ao orientador, não apenas contribuir para a formação integral do educando, mas também buscar conhecer a realidade e, através de suas ações, instrumentalizar os indivíduos de forma que consigam se sentir sujeitos e agentes da transformação pessoal e social, para que a sociedade em geral seja mais justa e humana. Nesse contexto cabe o orientador trabalhar no sentido amplo para validar e valorizar sua real função na educação dentro dos padrões éticos, contribuindo de maneira fundamental para uma formação e ação humanista.

O embasamento teórico de Grispun, Morin e Giacaglia e Penteado e outros autores, ofereceram importantes conceitos e subsídios para uma ação renovadora dos profissionais da orientação educacional, o que fica claramente demonstrado quando nossas colaboradoras da pesquisa afirmam o seu papel através de novas reflexões e diálogo conjunto com todos os autores educativos que compõem a escola, bem como com as famílias dos alunos, sendo as suas ações relevantes diante do processo ensino-aprendizagem.

A presente pesquisa tem limitações, mas é fruto de um esforço individual e com um prisma investigativo onde as orientadoras nos confirmaram acreditarem ser sua função a mediação entre o aluno, família e a sociedade, validando sua cultura e crendo ser essencial a presença da sua função para o fortalecimento do processo pedagógico. O aluno sendo visto como ser real, histórico e concreto, e o conhecimento, assim como as relações interpessoais por todos os atores educativos.

Finalmente a pesquisa aponta para a necessidade de ampliar esta mesma investigação em outros estados nos quais o grupo SEB também tem unidades escolares, para avaliar o papel do orientador educacional, se ele existe, suas funções e atribuições para que seja validada a importância da sua presença nas instituições de ensino. Assim, é necessário enfrentar a complexidade presente nas unidades de ensino, já que há nela elementos diferentes, mas devidamente importantes, inseparáveis, constitutivos do todo, e foi apreendido em nossa pesquisa, diante de um sistema complexo, que manteve o foco trabalho desenvolvido pelo orientador educacional, mas não somente dele, como de todos os

demais atores escolares, cujo trabalho integrado pode representar significativas transformações no sentido das melhorias esperadas no processo educativo.

Referências Bibliográficas

ALVES, Nilda; GARCIA, Regina L. (Org.). O fazer e o pensar dos supervisores e orientadores educacionais, 1995.

CARVALHO, Maria de Lourdes Ramo da Silva. A função do orientador educacional. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade- São Paulo, Moraes, 2007

GIACAGLIA, Lia Renata Angelini; PENTEADO, Wilma Millan Alves. Orientação Educacional na prática. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

GRINSPUN, Mírian P. S. Orientação Educacional – Conflito de paradigmas e alternativas para a escola. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. A Orientação Educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola. 4. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

LDB 4.024, - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, concedida em 1961 pelo MEC – Ministério da Educação

MORIN, Edgar. A cabeça bem feita: repensar a reforma Reformar o pensamento. Trad. de Eloá Jacobina. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PASCOAL, Miriam; HONORATO, Eliane C.; ALBUQUERQUE, Fabiana A. O orientador educacional no Brasil. **Educação em Revista**, n 47. Belo Horizonte, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais-: A pesquisa qualitativa. São Paulo, 1995.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007b.